

TÍMIDA RECUPERAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

*André Luiz Leite Chaves**
*Roberto da Silva Wiltgen**

O segundo semestre do ano é tradicionalmente um período de expansão sazonal da economia, principalmente a partir de setembro, quando se observa crescimento da atividade industrial e, posteriormente, comercial. Assim, o mercado de trabalho costuma apresentar crescimento na ocupação e queda no desemprego nesse período, em função da contratação de mão-de-obra pela indústria e pelo comércio, em vista do acréscimo de vendas que ocorre normalmente nos últimos meses do ano.

Como se poderá observar ao longo deste texto, o crescimento do emprego neste ano de 1995 não ocorreu na mesma intensidade e mostrou-se tardio em relação a anos anteriores. Dessa forma, o último trimestre do ano, período de referência deste texto, foi ainda marcado por baixos níveis de ocupação e altas taxas de desemprego.

1 - O movimento sazonal da ocupação

O número de empregados no mercado formal no Brasil caiu 0,3% em setembro, sendo este o terceiro mês consecutivo de queda. Dessa forma, no período de janeiro a setembro de 1995 houve perda de 43.707 empregos formais no País, sendo a indústria o setor responsável pela maior retração na ocupação, com 26.055 postos de trabalho eliminados (NÍVEL..., 1995 p.2-8).

* Economista, técnico da FEE.

Chama maior atenção a queda ocorrida em setembro, mês que tradicionalmente registra aumento no emprego.

O setor industrial foi marcadamente aquele que apresentou maior retração. No Estado de São Paulo, maior centro industrial do País, observaram-se demissões de trabalhadores pelo sexto mês consecutivo até outubro. Desde o início do ano até 25 de novembro foram extintos 142.953 empregos, perfazendo uma queda acumulada de 6,15% no contingente empregado (MAIS..., 1995. p.A-10). Como é possível observar, nem mesmo o período de expansão tradicional da atividade econômica e do emprego foi capaz de impulsionar o mercado de trabalho.

2 - A questão do emprego e a discussão de soluções

A persistente queda na ocupação em alguns setores econômicos tem mostrado que o problema ultrapassa os limites estritos da conjuntura. Em vista disso, entidades governamentais, empresariais e de trabalhadores têm discutido e procurado soluções para as questões fundamentais do desemprego. Um dos diagnósticos mais comuns é o de que o aumento do custo do trabalho imposto pela Constituição de 1988 veio funcionar como um desincentivo ao emprego. Assim, já existem estudos para reduzir encargos sociais sobre a folha de pagamento, com o intuito de incentivar o crescimento do emprego. O Ministério do Trabalho propõe a redução de 8,8% sobre a folha de pagamento das empresas, com modificações no recolhimento do salário-educação, do seguro-acidente e das contribuições para o Sesi, o Sesc, o Senac, o Senai e o Sebrae. Outra solução estudada pelo Ministério do Trabalho é a possibilidade de livre negociação dos direitos sociais dos trabalhadores. Essa extinção de conquistas — como o adicional de um terço de férias, as licenças paternidade e maternidade —, contudo, somente seria implementada com o contrato coletivo de trabalho, também objeto de discussão (REDUÇÃO..., 1995. p.A-11). Já o Economista Edward Amadeu afirma que os custos de demissão no Brasil é que são altos. Esses custos, que teriam o objetivo de inibir demissões, acabariam por desestimular contratações em circunstâncias de incerteza quanto ao futuro da economia (SALÁRIO..., 1995. p.2-5).

Outro diagnóstico com relação ao desemprego diz respeito à exagerada rigidez do mercado de trabalho frente às novas formas de gestão da produção. Com vistas a essa questão, existem algumas proposições, inclusive já encam-

padas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical. As mais importantes são a possibilidade de contratação de trabalhadores com menos de 18 ou mais de 40 anos de idade por prazo determinado, sem o pagamento de encargos sociais, e a jornada de trabalho flexível (DESEMPREGO..., 1995, p.28).

Uma ampla gama de possibilidades de alterações nas relações de trabalho abre-se conforme o diagnóstico sobre a questão atual do emprego. Resta saber, contudo, como se travará esse debate na sociedade e qual desses diagnósticos terá maior aceitação.

3 - O emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre nos meses de outubro e novembro mostrou pequeno crescimento no nível de emprego e desemprego praticamente estável. Conforme as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), o número de desempregados na Região, que vinha mostrando elevação entre março e outubro do corrente ano, caiu 0,2% em novembro, tendo alcançado 185 mil pessoas nesse mês. O crescimento do desemprego observado no segundo semestre contraria o movimento sazonal observado em anos anteriores. Já o número de ocupados, que vinha expandindo-se desde meados de 1994, teve uma queda no trimestre de julho a setembro, voltando a crescer em outubro e novembro.

Em 1995, o número total de ocupados em novembro era 1,2% menor do que o observado em junho, enquanto, em 1993 e 1994, para o mesmo período de comparação, houve crescimento de 2,4% e de 4,5% respectivamente. Esses resultados mostram que nem mesmo a aproximação do final de ano foi capaz de impulsionar o nível de emprego na RMPA.

Entre os setores de atividade econômica, apenas a indústria de transformação não apresentou crescimento da ocupação neste último bimestre, ocorrendo crescimento em todos os demais (Tabela 1).

A comparação do índice de ocupação de novembro de 1995 com o de idêntico mês do ano anterior mostra crescimento de 1,7%, sustentado pela elevação no comércio (11,8%) e na construção civil (17,3%). A indústria de transformação e os serviços apresentam redução no emprego de 4,0% e 0,3% respectivamente.

Tabela 1

Índice do nível de ocupação, por setor de atividade econômica, na RMPA - 1994/95

PERÍODOS E VARIAÇÕES	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
1994						
Jan.	100,4	101,6	100,0	98,2	109,3	103,9
Fev.	99,8	101,9	97,6	97,7	109,3	103,9
Mar.	98,9	100,6	95,6	98,2	100,0	103,9
Abr.	99,3	96,1	95,1	102,3	101,3	98,7
Maio	98,6	91,9	97,1	101,8	101,3	102,6
Jun.	98,6	91,2	100,5	100,8	106,7	100,0
Jul.	98,4	95,5	102,4	97,1	100,0	110,4
Ago.	99,6	100,3	100,0	98,8	96,0	107,8
Set.	101,3	101,9	99,0	100,0	94,7	122,1
Out.	102,3	97,7	98,5	104,9	97,3	116,9
Nov.	103,0	97,7	98,1	106,0	100,0	119,5
Dez.	103,9	98,4	98,1	107,4	104,0	118,2
1995						
Jan.	103,9	99,4	102,4	106,0	101,3	114,3
Fev.	105,5	97,4	108,7	106,7	110,7	115,6
Mar.	105,2	95,1	109,7	107,4	112,0	107,8
Abr.	105,9	96,1	107,8	105,5	120,0	124,7
Maio	105,8	96,4	108,7	106,0	112,0	123,4
Jun.	106,0	96,4	109,2	104,4	117,3	133,8
Jul.	104,9	95,8	110,7	105,2	102,7	122,1
Ago.	104,0	94,2	110,7	103,9	102,7	126,0
Set.	103,5	95,1	108,3	104,2	105,3	118,2
Out.	104,5	94,5	109,2	105,0	110,7	124,7
Nov.	104,7	93,8	109,7	105,7	117,3	119,5
Δ% anual						
nov.95/nov.94	1,7	-4,0	11,8	-0,3	17,3	0,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Base: média de 1993 = 100.

Nestes últimos dois meses, o desempenho positivo do nível geral de ocupação foi sustentado pelo emprego assalariado no setor privado. A elevação nesse segmento ocorreu tanto para o emprego sem carteira de trabalho assinada como para o com carteira. Tal fato também se evidencia na comparação entre novembro de 1995 e novembro de 1994, quando o emprego com carteira cresceu 6,5%, e o sem carteira, 12,1%, conforme mostra a Tabela 2.

O emprego no setor público, por sua vez, vem mostrando nítida retração. Esse movimento, inclusive, aparece quando se amplia o período de análise. Comparando-se o nível de ocupação de novembro de 1995 com a média de

1993 (período-base da PED-RMPA), observa-se queda apenas para o índice dos assalariados do setor público e da categoria outros, enquanto os demais segmentos apresentam crescimento.

Tabela 2

Índice do nível de ocupação, por posição na ocupação, na RMPA - 1994/95

ASSALARIADOS (1)									
PERÍODOS E VARIAÇÕES	TOTAL	Total	Setor	Setor Privado			AUTÔ- NOMOS	EMPREGA- DOS DO- MÉSTICOS	OUTROS (3)
			Público (2)						
				Com Total	Sem carteira assinada	carteira assinada			
1994									
Jan.	100,4	102,4	94,8	104,8	104,1	109,0	92,8	103,9	96,7
Fev.	99,8	102,8	96,3	104,8	103,6	112,4	91,4	103,9	90,9
Mar.	98,9	101,9	97,9	103,1	102,4	107,9	89,0	103,9	91,7
Abr.	99,3	100,5	101,6	100,3	100,2	101,1	96,2	98,7	96,7
Mai	98,6	99,4	97,9	100,0	99,1	105,6	92,8	102,6	100,0
Jun.	98,6	99,7	98,4	100,1	99,0	107,9	94,3	100,0	97,5
Jul.	98,4	100,0	94,2	101,8	99,8	114,6	87,6	110,4	98,3
Ago.	99,6	100,8	96,9	102,1	100,7	111,2	92,3	107,8	98,3
Set.	101,3	100,5	99,0	101,0	99,5	111,2	95,7	122,1	103,3
Out.	102,3	101,2	104,7	100,3	99,0	109,0	104,3	116,9	97,5
Nov.	103,0	101,6	108,9	99,7	97,9	111,2	108,1	119,5	93,4
Dez.	103,9	102,4	108,4	100,9	99,0	113,5	111,5	118,2	92,6
1995									
Jan.	103,9	103,2	104,2	103,1	101,0	116,9	111,0	114,3	90,1
Fev.	105,5	105,7	101,0	107,2	105,2	120,2	109,1	115,6	91,7
Mar.	105,2	106,1	97,4	108,8	106,2	125,8	106,2	107,8	95,0
Abr.	105,9	105,9	100,5	107,6	104,8	125,8	101,4	124,7	101,7
Mai	105,8	105,3	101,6	106,6	103,8	124,7	105,7	123,4	97,5
Jun.	106,0	104,2	99,5	105,7	103,8	118,0	108,6	133,8	96,7
Jul.	104,9	103,1	95,8	105,4	104,6	110,1	112,4	122,1	93,4
Ago.	104,0	101,4	93,7	103,7	102,4	112,4	107,2	126,0	103,3
Set.	103,5	102,2	94,8	104,5	102,2	119,1	106,2	118,2	99,2
Out.	104,5	103,5	97,4	105,4	102,4	124,7	103,8	124,7	100,0
Nov.	104,7	104,1	94,2	107,0	104,3	124,7	105,7	119,5	98,3
Δ% anual									
nov.95/nov.94	1,7	2,5	-13,5	7,3	6,5	12,1	-2,2	0,0	5,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Base: média de 1993 = 100.

(1) Exclui empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Por fim, cumpre salientar que, a par do pouco dinamismo do mercado de trabalho da RMPA neste final de 1995, é possível observar uma certa precarização das relações de trabalho, especialmente no período pós-Real. A retração da ocupação na indústria — setor que apresenta maior formalização no emprego — em relação aos demais setores de atividade é indício desse processo. Ademais, o maior crescimento da ocupação autônoma, do emprego doméstico e do assalariamento sem carteira em relação ao emprego assalariado no setor privado com carteira assinada e ao emprego no setor público apontam para a mesma direção.

4 - Rendimentos detêm crescimento

Na última edição desta revista, a seção de acompanhamento conjuntural de emprego e salários destacou o movimento ascendente dos valores dos rendimentos captados pela PED-RMPA no momento em que ocorria crescimento do desemprego na Região. Esse fato repetiu-se nos dois meses subseqüentes (agosto e setembro) ao fechamento daquela edição, caracterizando o segundo e o terceiro trimestres de 1995 como um período em que a tônica na Região foram as elevações das taxas de desemprego e dos níveis de rendimentos do trabalho.

Os valores das remunerações levantados em setembro de 1995 pela PED comparados com os do mesmo período do ano passado mostraram incrementos expressivos: 21,5% para o rendimento médio dos ocupados e 18,9% para o rendimento dos assalariados. Tal crescimento fez com que os índices do rendimento médio para ambas as categorias atingissem, em setembro de 1995, os maiores valores desde o início da Pesquisa, em 1992 (Tabela 3). Resultado idêntico foi observado nos índices da massa de rendimentos da RMPA.

O crescimento dos rendimentos verificados na RMPA, no entanto, não ocorreu em outras regiões metropolitanas do País. Na de São Paulo, em setembro de 1995 "(...) o rendimento médio de todos os trabalhadores caiu 1,6%, mantendo a tendência desfavorável observada desde maio" (CRESCE ... p. A-6). Na Região Metropolitana de Curitiba, o rendimento real médio dos assalariados caiu 1,1% em setembro, agravando a queda que se registra desde maio (Inf. PED, 1995, p.A-5).

Tabela 3

Rendimentos médio e mediano reais dos ocupados e dos assalariados
no trabalho principal, na RMPA - 1994/95

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	OCUPADOS (1)				ASSALARIADOS (2)			
	Rendimento Médio Real		Rendimento Mediano Real		Rendimento Médio Real		Rendimento Mediano Real	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
1994								
Jan.	443	102,8	277	102,0	450	102,1	289	100,6
Fev.	435	101,1	263	97,1	452	102,5	281	97,6
Mar.	434	100,7	269	99,1	451	102,4	287	99,8
Abr.	420	97,6	261	96,2	436	99,1	273	94,9
Mai	415	96,4	263	97,1	428	97,1	275	95,7
Jun.	394	91,6	246	90,6	410	93,0	260	90,3
Jul.	376	87,2	235	86,7	388	88,0	252	87,9
Ago.	365	84,8	230	84,7	374	84,8	245	85,1
Set.	386	89,6	239	88,1	389	88,4	248	86,6
Out.	411	95,7	252	92,8	412	93,6	261	90,6
Nov.	430	100,0	254	93,8	422	95,9	265	92,1
Dez.	436	101,1	268	98,7	423	96,0	276	95,9
1995								
Jan.	434	100,8	272	100,0	418	95,0	276	96,0
Fev.	432	100,3	280	103,0	419	95,3	284	98,4
Mar.	429	99,5	274	101,3	412	93,5	280	97,2
Abr.	431	100,0	277	102,0	414	94,0	288	100,4
Mai	439	102,0	278	102,8	424	96,1	293	101,9
Jun.	445	103,4	290	107,0	438	99,5	303	105,5
Jul.	458	106,3	302	111,1	455	103,3	310	107,6
Ago.	460	106,9	311	114,7	456	103,5	311	107,8
Set.	470	108,9	307	113,5	462	105,1	307	107,1
Out.	469	108,8	303	111,8	457	103,9	303	105,2
Δ% mensal out.95/set.95		-0,1		-1,5		-1,1		-1,8
Δ% no ano out.95/dez.94		7,6		13,3		8,2		9,7
Δ% anual out.95/out.94		13,7		20,5		11,0		16,1
set.95/set.94		21,5		28,8		18,9		23,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Excluídos os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE. Valores em reais de out./95. (4) Base: média de 1993 = 100.

A contínua elevação do patamar da remuneração do trabalho na RMPA verificada até setembro foi interrompida no mês de outubro, conforme os dados captados nos salários. Nesse mês, como pode ser observado na Tabela 3, ocorreu relativa estabilidade no rendimento médio dos ocupados (-0,1%) e queda de 1,1% no dos assalariados. Já o comportamento dos salários médios reais no trabalho principal, segundo os setores de atividade, foi de crescimento para os trabalhadores da indústria e do comércio, com ambos variando 2,8%, e de queda de 2,7% nos serviços e de 3,8% no setor público (Tabela 4).

O crescimento dos rendimentos verificado entre abril e setembro teve como fatores explicativos as antecipações de reajustes concedidas pelas empresas, os ganhos reais obtidos pelos sindicatos de trabalhadores nos dissídios e os avanços dos preços dos serviços privados, conforme explicitado no número anterior desta revista.

Tais fatores continuam repercutindo no desempenho dos níveis das remunerações na RMPA, uma vez que a queda foi sentida no rendimento médio dos grandes grupos (assalariados e ocupados), mas não foi um movimento generalizado, conforme referência anterior.

Após dois trimestres com a Medida Provisória nº 1.053, que dispõe sobre a desindexação da economia, observa-se que os salários não sofreram perdas importantes, conforme temores de alguns segmentos da sociedade, principalmente da classe trabalhadora, e a inflação alta parece continuar apenas na memória dos brasileiros. A Medida não garante mais a reposição integral da inflação na data-base, obrigando as empresas a repassarem apenas o resíduo do IPC-r até junho de 1995. Mas a aplicação prática da MP 1.053 não tem surtido efeito até agora. De fato, a reposição da inflação passada continua sendo o piso dos acordos entre as empresas e os trabalhadores. Para "zerar" a inflação o IPC-r, extinto em julho, vem sendo substituído pelo INPC (SALÁRIOS..., 1995 p. A-1).

Essa prática tem sido exclusividade do setor privado, pois, segundo Wilson Amorim, coordenador do DIEESE, o setor público é o único que continua firme na decisão de conceder aos funcionários pouco além da variação do IPC-r (MAIORIA..., 1995 p.2-9).

No setor privado, a questão agora vem sendo a obtenção do ganho real. Entretanto tal reivindicação pode esbarrar no julgamento dos dissídios coletivos. A orientação atual no TRT é determinar aumentos de acordo com a capacidade de resistência do setor ao desaquecimento no nível da atividade provocada pelo Plano Real (SALÁRIOS..., 1995 p. A-1).

Tabela 4

Índice do salário médio real no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica e o registro em carteira de trabalho, na RMPA - 1994/95

ASSALARIADOS NO SETOR PRIVADO								
PERÍODOS E VARIACÕES	TOTAL (1)	Setor de Atividade				Carteira de Trabalho		ASSALARIADOS NO SETOR PÚBLICO (2)
		Total	Indústria	Comércio	Serviços	Com	Sem	
1994								
Jan.	102,1	104,2	104,7	100,8	104,7	104,6	102,3	100,9
Fev.	102,5	103,2	102,4	102,3	103,6	103,8	100,1	102,7
Mar.	102,4	101,3	99,8	97,1	103,6	101,0	105,0	103,6
Abr.	99,1	99,4	96,5	96,5	103,7	99,1	108,1	98,3
Maio	97,1	97,1	93,8	100,3	99,4	96,2	112,5	96,5
Jun.	93,0	92,3	90,0	95,0	94,8	92,4	97,8	96,0
Jul.	88,0	86,6	86,8	87,3	85,5	86,0	94,4	92,0
Ago.	84,8	86,1	85,7	80,7	86,4	85,9	91,3	84,0
Set.	88,4	90,7	90,1	86,3	89,9	90,2	101,1	83,3
Out.	93,6	94,1	92,5	93,1	95,2	93,5	106,3	88,5
Nov.	95,9	95,2	92,0	94,9	98,4	94,2	108,8	93,8
Dez.	96,0	96,2	93,3	100,0	97,2	94,9	115,8	94,3
1995								
Jan.	95,0	97,5	97,0	100,7	96,6	96,2	118,1	92,3
Fev.	95,3	97,8	97,9	105,8	94,3	95,3	127,9	93,7
Mar.	93,5	95,7	94,4	101,3	92,2	93,7	122,2	92,6
Abr.	94,0	95,8	92,0	101,6	94,2	93,8	125,8	92,6
Maio	96,1	100,6	92,8	100,6	104,2	98,1	130,8	89,8
Jun.	99,5	104,2	96,5	102,1	110,2	101,3	137,3	91,8
Jul.	103,3	107,8	100,3	103,2	114,9	104,5	144,8	96,3
Ago.	103,5	105,2	101,1	104,9	108,6	102,3	141,9	102,7
Set.	105,1	106,0	100,5	108,6	109,8	102,8	145,2	105,8
Out.	103,9	106,7	103,3	111,6	106,8	103,8	142,7	101,8
Δ% mensal								
out.95/set.95	-1,1	0,7	2,8	2,8	-2,7	1,0	-1,7	-3,8
Δ% no ano								
out.95/dez.94	8,2	10,9	10,7	11,6	9,9	9,4	23,2	8,0
Δ% anual								
out.95/out.94	11,0	13,4	11,7	19,9	12,2	11,0	34,2	15,0
set.95/set.94	18,9	16,9	11,9	25,8	22,1	14,0	43,6	27,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Inflator utilizado: IPC-IEPE.

2. Base: média de 1993 = 100.

(1) Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

O que tem ocorrido também, e gerado polêmica, é a prática do abono salarial substituindo o reajuste, que vem sendo concedido a importantes categorias do País, como os bancários do setor privado. O abono, que representa um alívio imediato diante do endividamento do trabalhador, traz vantagens para o empresário, uma vez que "(...) esses abonos — a título de participação nos lucros ou não — não são incorporados nos salários. Sobre eles não é necessário pagar encargos sociais, férias, 13º e FGTS" (ABONO..., 1995 p.2-5).

Mesmo sob a legislação da MP 1.053, está ocorrendo um ajuste entre os níveis da atividade e os valores dos salários médios reais, fruto de alterações recentes no mercado de trabalho do País. Expectativas de crescimento do PIB, na ordem de 3,0% para 1996, são acompanhadas por expectativas de estabilidade nos níveis de ocupação. O processo de mudanças estruturais na indústria pode avançar para o setor serviços, que vem absorvendo parte da mão-de-obra dispensada pelo Setor Secundário (NOVAS..., 1995 p.A-1).

As alternativas para enfrentar esse novo cenário, como redução de encargos trabalhistas e flexibilização da jornada de trabalho, irão repercutir em alterações daqui para a frente nos níveis de rendimento.

Uma alteração positiva que estava ocorrendo no mercado de trabalho na RMPA, referente à melhoria da distribuição dos rendimentos do trabalho, apontada na última edição desta revista, apresentou reversão neste último trimestre do ano. Os dados colhidos pela PED-RMPA para os meses de outubro e novembro sinalizam um retorno da concentração dos rendimentos da Região.

A Tabela 5 mostra que, no ano de 1995, a perda de participação na massa dos rendimentos pelos 10% mais ricos, verificada nos três primeiros trimestres do ano, acompanhou o aumento de participação de 50% dos trabalhadores com os menores rendimentos, indicando melhoria na distribuição. Porém, nos dois primeiros meses do último trimestre, inverteu-se o comportamento. Cresceu a participação dos que ganham mais e caiu a dos que ganham menos.

Essa inversão foi consequência da perda de fôlego do crescimento dos rendimentos menores, ocorrida a partir de agosto de 1995 (Inf. PED/FEE, 1995, p.17). E já era de se esperar, pois os ganhos obtidos pelos menores salários em uma inflação baixa tem limites. Ainda mais em um cenário de estabilização, com os trabalhadores sendo remunerados com uma moeda sobrevalorizada e

com controle rígido da política econômica sobre o nível de atividade, o qual, segundo previsões, deve durar até o segundo semestre de 1996.

Portanto, o que deve ter ocorrido é um ajuste nas participações das classes de salários na massa de rendimentos na RMPA, e esta, por sua vez, está sendo ajustada ao ritmo de crescimento do Produto da Região.

Tabela 5

Estrutura da repartição do rendimento dos ocupados, no trabalho principal, na RMPA - 1995

ESTRATO DOS OCUPADOS POR ORDEM CRESCENTE DOS RENDIMENTOS	% DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS RENDIMENTOS POR TRIMESTRE			
	1º	2º	3º	4º (1)
20%	4,40	4,80	5,20	5,00
40%	14,20	14,70	15,20	15,20
60%	26,50	26,70	26,90	26,90
80%	46,70	47,60	47,70	47,60
100%	100,00	100,00	100,00	100,00
10% com maiores rendimentos	36,10	35,50	35,60	35,80
50% com menores rendimentos	19,20	20,10	21,10	20,80

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) refere-se aos meses out.-nov./95.

5 - Conclusão

A partir do exposto, percebe-se, nestes últimos meses de 1995, recuperação do mercado de trabalho devido a comportamentos sazonais de final de ano, que tradicionalmente elevam o nível da atividade, com crescimento das vendas pelo comércio. Contudo essa recuperação vem sendo tímida e tardia, se comparada com os mesmos períodos de anos anteriores. Devido ao fraco desempenho do mercado de trabalho, sobretudo de abril a setembro

deste ano, o último trimestre vem sendo marcado por baixos níveis de ocupação e altas taxas de desemprego.

Ao desemprego gerado pelo desaquecimento da demanda soma-se o desemprego causado por modificações na estrutura produtiva da indústria e também em alguns segmentos do setor serviços.

O salário médio real, que estava crescendo na RMPA desde abril deste ano, interrompeu sua trajetória — fruto principalmente do comportamento dos salários mais baixos —, sugerindo um retorno à concentração dos rendimentos na Região. Outro fato marcante no mercado de trabalho, no período, refere-se ao efeito da MP 1.053, que ainda não teve efeito prático, pois as mudanças nos acordos salariais têm sido modestas, mantendo-se como regra a reposição da inflação passada.

Bibliografia

ABONO salarial substitui até reajuste e já gera polêmica (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-5, 12 nov.

CRESCE ocupação em outubro (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-6, 21 nov.

DESEMPREGO une o setor industrial (1995). **Zero Hora**, Porto Alegre, p.28, 6 out.

INFORMATIVO PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego (1995). Curitiba: IPARDES, v.2, n.9, set.

INFORME PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego (1995). Porto Alegre: FEE, v.4, n.11, nov.

MAIORIA das empresas “zera” inflação na data-base anual (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-9, 8 out.

MAIS demissões na indústria (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-10, 7 nov.

NÍVEL de emprego cai em setembro pelo terceiro mês consecutivo (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-8, 18 nov.

NOVAS saídas para garantir o emprego (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-1, 7 nov.

REDUÇÃO de 8,8% nos encargos (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-11, 9 out.

SALÁRIO de R\$ 100 custa R\$ 128 à empresa (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-5, 22 out.

SALÁRIOS não foram ainda desindexados (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-1, 30 nov.